

## D. Manuel de Portugal, leitor de Fr. Rodrigo de Deus, O. F. M.\*

1. O leitor que se acerca do texto dos *Motivos Espirituaes*, um tratado que Fr. Rodrigo de Deus quis tão despretenso e humilde quanto prático e eficaz nos seus objectivos imediatos, depara, à entrada, com duas das mais significativas figuras literárias portuguesas de finais do século XVI e inícios do século XVII. Fr. Agostinho da Cruz acolhe-o com dois dos primeiros sonetos que deu à estampa<sup>1</sup>, enquanto D. Manuel de Portugal se lhe dirige com um dos dois únicos sonetos impressos fora das *Obras* de 1605<sup>2</sup>. Na antecâmara de obra tão modesta, não deixa de surpreender a presença de tais figuras. Qualquer leitor moderno poderá legitimamente perguntar o que fazem aqui, neste limiar de páginas inumeradas que estabelece a ligação entre o «Prologo que declara o intento do Author» e o texto em que este se dirige «Ao pio leitor», esse eremita, místico a espaços, e este venerável fidalgo velho dado à poesia, agora apenas religiosa<sup>3</sup>.

A resposta parece simples, no caso de Frei Agostinho da Cruz. Por estes anos de 1611, quando sai a 1ª edição dos *Motivos Espirituaes*<sup>4</sup>, ele é um dos membros mais ilustres e queridos dos franciscanos arrábidos, o ramo dessa numerosa família religiosa em que também Frei Rodrigo de Deus professara aos 21 anos, em 1568. Uma outra vez, quando publicar os versos

---

\* Investigação subsidiada por JNICT/PRAXIS XXI.

<sup>1</sup> Anteriormente a estas composições, haviam sido incluídos na 1ª edição d'*O Lima* de Diogo Bernardes (Lisboa, em casa de Simão Lopes), o soneto «Do Lima, donde vim já despedido» e a carta «Se tanto penetrou toda dureza» e na 1ª edição das *Rimas Várias. Flores do Lima* (Lisboa, Manoel de Lyra, 1597) a "Elegia à morte de Diogo Bernardez seu irmão", que começa «Claras agoas do nosso doce Lima».

<sup>2</sup> Impressas em Lisboa, por Pedro Craesbeeck. O outro soneto, publicado em 1595 n'*As obras do celebrado lusitano o doutor Frãncisco de Sá de Miranda* (Lisboa, por Manuel de Lyra), é o que dedicou à morte do poeta do Neiva, com o *incipit* «Alma Felice, a nós alto decoro». Não consideramos, evidentemente, os sonetos que foram atribuídos a Camões e que, por isso, foram impressos como obras do épico português.

<sup>3</sup> Os sonetos estão sempre presentes entre os preliminares, embora a sua localização concreta seja diferente de edição para edição. Na de 1633, por exemplo, encontram-se entre a licença do provincial, Fr. Jácome Peregrino, e o «Prologo que declara o intento do Autor».

<sup>4</sup> Impressa em Lisboa, por Pedro Craesbeeck, a obra seria reeditada, sempre na capital, em 1620, pelo mesmo impressor, em 1633, por António Álvares, em 1656, por Henrique Valente de Oliveira, em 1674, por António Craesbeeck e, por último, em 1723, na Oficina de Francisco Xavier de Andrade. O texto que utilizamos é o da edição de 1633.

do *Tratado dos Passos que se andão na Quaresma*, em 1618<sup>5</sup>, há-de recorrer aos préstimos literários do poeta da Arrábida para desempenhar idênticas funções. A mesma família religiosa, o mesmo interesse por versos, ainda que com resultados muito díspares, e, sobretudo, a mesma devoção à humanidade de Cristo são motivos bastantes para justificar que o leitor de Frei Rodrigo de Deus encontre, na entrada do livro, o testemunho empenhado de Frei Agostinho da Cruz. Familiar do autor e afeiçoado ao tema, o poeta da Arrábida seria o guia ideal para conduzir o recém-chegado. Respondendo a esta função, começa por salientar, no primeiro soneto, a utilidade da obra, tanto para os leitores quanto para o autor: o proveito de quem ler será contabilizado por Deus a favor de quem compôs:

«Aquelle que na vinha do Senhor  
Trabalha por cavar proveito alheo  
Tanto do proprio seu fica mais cheo,  
Quanto mais do commum foi cavador.»<sup>6</sup>

Deus não deixará de retribuir com o justo salário este trabalho, que, pelo seu didactismo e imediata aplicabilidade prática, tão útil pode ser aos leitores na sua vida espiritual:

«Aqui nesta doutrina claramente  
Se ensina, por que via como, e quando,  
Offerta faz a Deos mais excellente

Todo o que dignamente comungando  
Offerece a Deos Padre omnipotente  
Seu Filho, sua gloria acrescentando.»<sup>7</sup>

Feitas as apresentações e anunciado o conteúdo, o segundo soneto mostra-se mais directo e apelativo. Assentando a sua estrutura na apóstrofe aos leitores, Frei Agostinho da Cruz incita-os a penetrarem no texto, recorrendo a uma estratégia de convencimento que passa pela exposição, ainda que implicitamente, da sua experiência íntima de leitura. Num registo emotivo, acentuadamente marcado pela afectividade característica da sua sensibilidade, o poeta resume a interpretação que faz dos *Motivos*

<sup>5</sup> Também nesta obra dois sonetos de Frei Agostinho da Cruz servem de proémio. São os sonetos «Se queres, ó cristão, gozar da glória» e «Os passos, que de dores trespassado».

<sup>6</sup> *Motivos Espirituaes*, Lisboa, Antonio Alvarez, 1633, fol. inumerada.

<sup>7</sup> *Motivos Espirituaes*, ed. cit., fol. inumerada.

*Espirituaes* quando se lhe refere como «Motivos santos amorosos». Ao alterar-lhe o título, Frei Agostinho da Cruz apropria-se do tratado de Frei Rodrigo de Deus, fá-lo seu, num processo que a sua condição de leitor lhe permite e que fica patente no uso que faz da 1ª pessoa gramatical, no último verso:

«O alto sacrificio de honrar digno  
A nos tam proveitoso a Deos aceito,  
Cõ que he toda a Trindade engrandecida,

Sagrada Hostia, viatico divino  
Que offerecida ao Padre em effeto,  
Lhe dou gloria infinita, e sem medida.»<sup>8</sup>

Este segundo soneto resulta, assim, não só num apelo, mas também numa preparação para a leitura, na medida em que sintetiza a experiência pessoal de quem acaba de ler e a transmite a quem se apresta para realizar tarefa idêntica. Este espaço de passagem que conduz ao texto propriamente dito é, justamente, o lugar ideal para uma troca de experiências como esta. Espaço de convivialidade, é nele que se cruza quem sai, cumulado, do texto, com quem nele se apresta para entrar. A afinidade de interesses e de perspectivas sobre o mundo que aqui os reuniu, favorece o espírito de família que emerge da forma como Frei Agostinho da Cruz interpela os náveis leitores, evoluindo daquele «Vos» inicial com que os apostrofa para o «nos» com que, no verso 10, os assimila plenamente.

Encontrar o irmão de Diogo Bernardes em tal contexto nada tem, pois, de extraordinário. Quase diríamos que é uma presença esperada. Mas como justificar que aqui encontremos também D. Manuel de Portugal? Que afinidades o permitem? E como explicar que tenha escrito um soneto «a esta obra» quem, em 1611, já estava morto há 5 anos<sup>9</sup>?

2. Já tivemos oportunidade, num trabalho anterior, de salientar que a sensibilidade religiosa e as tendências místicas de D. Manuel de Portugal não podem ser consideradas uma típica preocupação de fim de vida<sup>10</sup>.

<sup>8</sup> *Motivos Espirituaes*, ed. cit., fol. inumerada.

<sup>9</sup> De acordo com A. Cactano de Sousa e Barbosa Machado, faleceu em 25 de Fevereiro de 1606. Cf. *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Atlântida, Coimbra, s/d, X, 471 e *Biblioteca Lusitana*, Lisboa, 1741-1759 (aliás, Atlântida, Coimbra, 1967), III, 345.

<sup>10</sup> Tomamos a liberdade de remeter para o nosso trabalho *Poesia de D. Manoel de Portugal – I. Prophana*, Porto, Instituto de Cultura Portuguesa; Faculdade de Letras do Porto, 1991. Vejam-se, em particular, as páginas XIX a XXII. Veja-se, ainda, o que escreve Mário MARTINS, S.J., em *A*

Contribuindo para desenhar o mosaico das suas relações espirituais, Maria Lucília Gonçalves Pires lembra que um factor de índole biográfica no-lo mostra relacionado, por laços familiares, com o autor de uma obra como o *Livro de doutrina espiritual*, Francisco de Sousa Tavares<sup>11</sup>. Com efeito, a filha deste, D. Madalena de Vilhena, casaria com D. João de Portugal em 1568, 4 anos depois da publicação desse livro em que se reflectem as preocupações espirituais de um grupo de leigos fidalgos portugueses do século XVI, entre os quais podemos incluir a mãe de D. Madalena, D. Maria da Silva, e Jorge da Silva, parente desta. O segundo filho de D. Manuel de Portugal materializava, pelo matrimónio, a ligação dos Vimioso com um fidalgo que, segundo José Adriano de Carvalho, era «uma influente personalidade em círculos de alta espiritualidade (...) e chefe de uma família em que a espiritualidade não foi apenas um conjunto de exercícios de piedade, mas ainda uma luz que, não sem uma ponta de mistério, se projectou nos caminhos do seu futuro»<sup>12</sup>.

Mais do que esta união familiar, será significativa de uma verdadeira sintonia em domínios espirituais a identidade de objectivos que perseguem os tratados dedicados à temática da oração que Sousa Tavares e D. Manuel de Portugal publicaram. Se o primeiro terá procurado «fazer um «tratado» que fosse, ao mesmo tempo, prático, repleto de conselhos de bom senso nos caminhos da espiritualidade, e uma síntese (...) de diversas orientações e, logo, de linguagens»<sup>13</sup>, o autor do *Tratado breve da Oração* é o primeiro a confessar que o seu texto, longe de pretender a originalidade, mais não é do que uma «breve summa de doutrina de tão grandes e cathólicos doutores, os quaes todos vão alegados e, onde não vão, he sancta doutrina que recolhi de livros espirituales, impressos, aprovados e autênticos»<sup>14</sup>. Sobrepondo-se à expressão de iguais intenções antológicas e de divulgação, merecerá realce a coincidência das autoridades a que recorrem os dois autores: S. João Damasceno, S. Tomás de Aquino, S. João Crisóstomo, S. Bernardo, Pseudo-Dionísio, Tauler... e, dominando sobre todos, S. Boaventura. Também o *Tratado* de D. Manuel de Portugal se poderá enquadrar, como alerta José Adriano de Carvalho a propósito de

---

*poesia mística de D. Manuel de Portugal*, separata da *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. 19º, Coimbra, 1960.

<sup>11</sup> Cf Maria Lucília Gonçalves PIRES, *D. Manuel de Portugal*, in *Antologia de Espirituais Portugueses*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1994, 420. A obra de Sousa TAVARES foi impressa em Lisboa, por João Barreira, em 1564.

<sup>12</sup> José Adriano de CARVALHO, *Francisco de Sousa Tavares*, in *Antologia de Espirituais Portugueses*, ed. cit., 208.

<sup>13</sup> José Adriano de CARVALHO, *Francisco de Sousa Tavares*, in *Antologia de Espirituais Portugueses*, ed. cit., 212.

<sup>14</sup> D. Manuel de PORTUGAL, *Obras*, ed. cit., fol 465v-466.

Sousa Tavares, «numa «tradição» que por muito que deva aos «místicos nórdicos», inclusivamente através do seu grande divulgador Ludovico Blosio, pertence a uma tradição franciscana que consolida e divulga S. Boaventura», enquanto fonte de espiritualidade<sup>15</sup>. É mesmo provável que D. Manuel tenha lido a obra de Sousa Tavares, dado o convívio que o referido matrimónio deixa pressupor e a identidade de preocupações espirituais que os referidos textos manifestam. Mas, se tal leitura concreta não pode ser mais do que especulada, acentuemos que ambos enfileiram entre os divulgadores de práticas espirituais de raiz franciscana.

A aproximação do Vimioso aos franciscanos reformados da serra da Arrábida é um facto que podemos datar, pelo menos, de 1556, quando estes frades aceitaram que o fidalgo custeasse a construção do convento de Nossa Senhora de Jesus, perto de Santarém, «em terra da sua Quinta, junto ao Lugar de Val de Figueira.»<sup>16</sup> Os termos em que o cronista da Província da Arrábida refere o facto, dando a entender que houve uma forte insistência do doador<sup>17</sup>, permitirá, sem grandes dificuldades, fazer recuar de alguns anos a admiração do fidalgo por estes religiosos. Sem deixarmos de ter em conta que esta protecção a uma ordem reformada nada tem de singular entre a alta nobreza do Portugal quinhentista, retenhamos, ainda assim, que, desde aproximadamente os seus trinta anos, D. Manuel de Portugal alimentava um contacto directo e documentado com a família religiosa de Frei Agostinho da Cruz e de Frei Rodrigo de Deus. Não seria, por isso, um estranho para o autor dos *Motivos Espirituaes*. À nomeada que angariara como poeta entre os seus contemporâneos deveria somar-se a de homem devoto e consumidor habitual de obras espirituais. Com efeito, desde 1574 que corria, manuscrito, o seu *Tratado breve de Oraçam*, como atesta a licença de Fr. Bartolomeu Ferreira:

«Li este caderno de exercicios do amor de Deos, & oração, & pareceome sümamente bem, & conforme â doutrina dos santos, especialmente â doutrina de São Thomas, & São Boaventura, por onde julgo que se pode cõmunicar & ler conforme â decima regra do catalogo Tridentino 18. de Ianejro de 1574.»<sup>18</sup>

<sup>15</sup> José Adriano de CARVALHO, *Francisco de Sousa Tavares*, in *Antologia de Espirituais Portugueses*, ed. cit., 212.

<sup>16</sup> Cf. Fr. António da PIEDADE, *Espelho de Penitentes e Crónica da Província de Santa Maria da Arrábida*, Lisboa, José António da Silva, 1728, I, 213.

<sup>17</sup> Fr. António da PIEDADE escreve: «No anno de 1556 (...) prevaleceo a devoção de D. Manoel de Portugal, para que lhe accettassemos hum Convento, que nos queria fundar em terra da sua Quinta (...)» (*Espelho de Penitentes...*, ed. cit., I, 213).

<sup>18</sup> D. Manuel de PORTUGAL, *Obras*, ed. cit., fol. 459v.

1556... 1568... 1574... Três pontos de referência num percurso espiritual que vai aproximando o fidalgo das páginas vestibulares do tratado do frade arrábido. Se bem o esboçamos, tornou-se visível o quadro onde se explica, com naturalidade, a apetência de D. Manuel de Portugal por um texto como o que Frei Rodrigo de Deus fez imprimir pela primeira vez em 1611. Resta uma última dificuldade, de ordem puramente cronológica: falecido em 1606, é impossível que o autor das *Obras* tenha visto impresso o tratado do arrábido.

Efectivamente, temos de reconhecer esta impossibilidade material; mas é provável – arriscar-nos-íamos até a afirmar que é certo, por razões que tentaremos explicar adiante – que tenha tido acesso a uma versão manuscrita do texto que viria a ser publicado sob a designação de *Motivos Espirituaes*. Que tal versão existiu e que correu entre um público interessado e em certa medida vasto, o próprio autor o confirma no texto em que se dirige «Ao pio leitor»:

«Ha muito tempo que trago no pensamento estas considerações do Sanctissimo Sacramento, sem ter nunca proposito de as imprimir. Porem como a materia de si he tam vtil, & suaue, (...) fiz alguns summarios, que aprouados polo Santo Officio, & com licença sua communiquei de letra de mão a muita gente deuota, assi neste Reyno, como fora delle.»<sup>19</sup>

Esta afirmação de Frei Rodrigo de Deus é objecto da atenção de José Adriano de Carvalho, no trabalho que lhe dedicou já lá vão 30 anos<sup>20</sup>. No capítulo VI desse artigo, ao tratar da repercussão dos *Motivos Espirituaes* em Espanha, o autor formula um conjunto de interrogações, a propósito da utilização que Fray Juan de los Angeles terá feito da obra do arrábido português, que, em parte, poderíamos repetir em relação à possibilidade de se ter verificado uma leitura do mesmo texto por D. Manuel de Portugal<sup>21</sup>. Levando em conta a data de morte do fidalgo português, seria

<sup>19</sup> Frei Rodrigo de DEUS, *Motivos Espirituaes*, ed. cit., fol. inúmeradas.

<sup>20</sup> José Adriano de CARVALHO, *Para a História da Espiritualidade em Portugal: os «Motivos Espirituaes» de Fr. Rodrigo de Deus e sua repercussão em Espanha*, in *Itinerarium*, Ano XIV, n.º 59, Janeiro-Março, 1968, 49-102. O mesmo autor volta a ocupar-se do arrábido português e do seu texto nas páginas 397-403 de *Gertrudes de Helfta e Espanha. Contribuição para o estudo da história da espiritualidade peninsular nos séculos XVI e XVII*, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1981.

<sup>21</sup> José Adriano de CARVALHO interpreta a referência de Frei Rodrigo de Deus a Fr. Juan de los Angeles como uma «representação de créditos» sobre o texto que o autor da *Lucha Espiritual* terá utilizado. Se a nossa leitura está certa, quando o autor dos *Motivos Espirituaes* escreve «Muyta parte delle me foy tirado, vendo que o muy docto, & veneravel Padre Frey Ioam dos Anjos da reformadissima Prouincia de Sam Joseph em Castella, os estimou em tanto, que os ouue por dignos de os authorizar, & honrar, metendo algũas clausulas delles no seu deuoto liuro da Luta Espiritual», não deve entender-se que queira dizer que «o livrito» lhe foi tirado, mas sim «o arreceo, que o conhecimento de minha pouquidade, & insufficiencia me representavam». Como se compreende,

impossível que este conhecesse a edição impressa, do mesmo modo que o autor da edição de 1600 da *Lucha Espiritual* a não poderia ter utilizado. Assim, o que um e outro leram foram esses «sumários» que Frei Rodrigo de Deus refere, e que correriam, provavelmente, sob um título diferente do do texto impresso. A designação que Fr. Juan de los Angeles regista — «Sentimentos admirables de un religioso sacerdote acerca del Santissimo Sacramento» — não deveria destinar-se a encobrir a dívida em relação ao frade português<sup>22</sup>, mas correspondia, muito provavelmente, ao título com que corria a edição manuscrita — como é sabido, são numerosos os casos em que o título do manuscrito não coincide com o da obra impressa ou, pelo menos, é corrente não o citar com o mesmo título. A confirmar esta suposição está a forma como D. Manuel de Portugal se refere à obra no soneto incluído na edição de 1611 — «esta obra do diuino Sacramento» — e que contrasta com a alusão de Fr. Agostinho da Cruz ao título correcto. Atente-se igualmente na expressão que Frei Rodrigo de Deus utiliza para se referir a essa versão manuscrita do seu trabalho: «considerações do Sanctissimo Sacramento» e poderá concluir-se que só quando preparou a edição impressa encontrou o título de *Motivos Espirituaes* para designar a obra. Fosse com que título fosse, o que de momento nos interessa reter é que

---

esta precisão não invalida que o arrábido português possa ter querido, indirectamente, aludir à utilização que o franciscano espanhol tinha feito do seu texto, nem põe em causa qualquer das conclusões ou interrogações que o articulista formula; serve apenas para, no integral respeito da sintaxe, restituir ao discurso do frade arrábido aquela atitude de humildade que, se entendermos «o livrito» como antecedente do pronome, pareceria ter sido suplantada por um arroubo de orgulho autoral.

Uma vez que estamos em maré de corrigir imprecisões, registre-se que a 1ª edição impressa dos *Motivos Espirituaes* data de 1611, como regista a *Bibliografia cronológica da literatura de espiritualidade em Portugal (1501-1700)*, Porto, Instituto de Cultura Portuguesa, 1988, nº 785, uma obra dirigida pelo autor do artigo que temos vindo a referir e para quem, evidentemente, esta informação não é novidade. Desta 1ª edição pudemos localizar um exemplar na Biblioteca Pública e Universitária de Braga (cota : Res 198 A). Também neste caso, a informação não tem consequências relativamente às conclusões apresentadas no artigo de 1968, antes confirmando o acerto dos raciocínios então apresentados e que permitiam ao autor propor que «a obra de Fr. Rodrigo é ou de 1608 ou de data posterior que pode ser mesmo depois de 1611». Não poderia andar mais perto da verdade, se tivermos em conta a data da 1ª edição. Ainda assim, poderia ter aproveitado o facto de se incluir na edição dos *Motivos Espirituaes* um soneto de D. Manuel de Portugal dedicado a esta obra para estabelecer o limite *ad quem* da sua redacção. É verdade que a data da 1ª edição da *Lucha Espiritual* e da estada de Fr. Juan de los Angeles em Portugal foram suficientes para fundamentar os seus raciocínios, mas um argumento mais, que os reforçasse, não parece que fosse de desprezar...

<sup>22</sup> Aludimos, naturalmente, à afirmação de José Adriano de CARVALHO de que «há que confessar que Fr. Juan de los Angeles aproveitou a obra de Fr. Rodrigo de Deus na «*Lucha Espiritual*» encoberta a citação pelo vago título de «Sentimentos admirables de un religioso sacerdote acerca del Santissimo Sacramento» e que formam, como bem aponta Rodrigo de Deus, o Apêndice ao Cap. XIII dessa obra de Fr. Juan de los Angeles.» (*Para a História da Espiritualidade em Portugal: os «Motivos Espirituais» de Fr. Rodrigo de Deus*, art. cit., 93.

a obra terá sido conhecida por Fr. Juan de los Angeles antes de 1600, provavelmente durante a sua estada em Portugal nos anos de 1592-1593<sup>23</sup>. Pelos mesmos anos a conheceu D. Manuel de Portugal, que fazia seguramente parte dessa «muita gente devota» a quem o autor diz tê-la comunicado, e concentrou no soneto que acompanha a edição de 1611 a forma como a leu. Quando atentamos nesses 14 versos, parece-nos que o velho fidalgo terá visto nos «sumários» uma arma eficaz com a qual poderiam os católicos combater as heresias que punham em causa a presença real de Cristo na hóstia consagrada:

«Em tam asperos tempos, tam crueis,  
Esta alta inspiraçam de tal conceito  
Destesla vos Senhor âquelle peito,  
Que cella vossa gloria entre os fieis,

Contra os Anjos immundos, & infieis,  
Traidores a fe, por seu respeito,  
Que dizendo creem, negam defeito  
A ao que obrando dixestes, tam rebeis.

Este spirito os encontra celebrando  
Com esta obra do diuino Sacramento,  
Que voar ao Ceo com ella ensina.

O alta inspiraçam, diuino intento,  
Pois da modo ao fiel, que assi va dão  
Ao altissimo Deos gloria diuina.»<sup>24</sup>

A leitura militante e combativa que o soneto reflecte não deixa de estar adequada à personalidade de um fidalgo que chegou a ser apresentado por Cristóvão de Moura a Filipe II como «el que da las traças para que Portugal se deffenda de Castilla»<sup>25</sup>. Aliás, ela valoriza uma das dimensões que o texto dos *Motivos Espirituaes* apresenta, nomeadamente no Cap. XI da *Terceira Parte*:

«Alem da certeza infaliuel, que por authoridade, & testemunho de Christo temos de estar o seu Santissimo corpo, & sangue, & pelo

<sup>23</sup> Cf. José Adriano de CARVALHO, *Para a História da Espiritualidade em Portugal: os «Motivos Espirituais» de Fr. Rodrigo de Deus*, art. cit., 93-99.

<sup>24</sup> Frei Rodrigo de DEUS, *Motivos Espirituaes*, ed. cit., fol. inumeradas.

<sup>25</sup> Luis de Sá FARDILHA, *Poesia de D. Manoel de Portugal*, ed. cit., XVIII.



consequente toda a essencia diuina no venerauel Sacramento, porque o mesmo Senhor Iesus tomando o pão em suas mãos disse: Este he o meu corpo, & tomando o Calix com vinho, disse: Este he o meu sangue, & não temos necessidade de mais authoridade, nem testemunho pera crermos esta verdade tão certa. Com tudo pella grande fraqueza humana, que muytas vezes parece, que não quer crer, se não o que quasi vê com os olhos, & palpa cõ as mãos, quis o Senhor aprouar esta verdade com muytos milagres, mostrando aos olhos corporaes como elle depois das palauras da Consagração está verdadeiro Deos, & verdadeiro homem no Santissimo Sacramento dos quais se poem aqui os seguintes, pera consolação, & mais firmeza dos Christãos, & confusão dos hereges, que não crem este diuino mysterio.»<sup>26</sup>

O conjunto de *exempla* que compõem este capítulo terá impressionado o antigo combatente partidário de D. António, prior do Crato, despertando-o para outras lutas, mais de acordo com as preocupações que as *Obras* impressas em 1605 reflectem. A diversidade das leituras que os sonetos de Frei Agostinho da Cruz e de D. Manuel traduzem parece, pois, adequar-se à diferença de sensibilidades destes dois leitores. Não podemos, contudo, deixar de ponderar uma hipótese levantada pelo confronto que José Adriano de Carvalho fez entre os textos de Fr. Juan de los Angeles e de Frei Rodrigo de Deus: a de que o texto dos «sumários» manuscrito fosse substancialmente diferente do texto impresso. Como sugere esse confronto, «Fr. Rodrigo de Deus deve ter transformado o seu texto não só no que se refere à forma, mas também no que diz respeito à estrutura da obra.»<sup>27</sup> Em tais condições, poderia conjecturar-se que o texto manuscrito seria mais combativo e empenhado na luta contra as heresias do que o texto impresso, diferença que os sonetos reflectiriam... Uma hipótese que parece não ter viabilidade, porque os ecos que o texto manuscrito deixou na obra de Fr. Juan de los Angeles não a confirmam. Além disso, o soneto publicado em 1611 não é o único testemunho da leitura que D. Manuel de Portugal fez do texto do frade arrábido, nem sequer é o único poema que tal leitura sugeriu.

**3.** Na edição das *Obras* de D. Manuel de Portugal, depois do *Tratado breve da Oração*, aparece um último texto encimado pela epigrafe «*ADDICAM DE COMO AVEMOS / de offercer o filho de Deos a seu / pay eterno.*» Este texto, que ocupa 13 fólhos não numerados, colocados no fim do volume, depois do fólho 489, que é o último numerado, parece ser um

<sup>26</sup> Frei Rodrigo de DEUS, *Motivos Espirituaes*, ed. cit., fol. 119-119v.

<sup>27</sup> José Adriano de CARVALHO, *Para a História da Espiritualidade em Portugal: os «Motivos Espirituais» de Fr. Rodrigo de Deus*, art. cit., 95-96.

acrescento, não ao *Tratado* – como refere Maria Lucília Gonçalves Pires<sup>28</sup> –, mas antes ao conjunto das *Obras*. Além de contrastar com o tipo de espiritualidade interiorista e avessa a práticas exteriores que o *Tratado* propõe, esta «Adição» está centrada na valorização da humanidade de Cristo, a qual «é quase inexistente» naquele texto, «limitando-se a uma breve referência», como notou M. Lucília Gonçalves Pires<sup>29</sup>. Acrescente-se que a «Adição» integra três composições poéticas – duas quadras, uma em português e outra em castelhano, e uma esparsa –, o que não acontece no texto do *Tratado*.

Ao que nos parece, o texto da «Adição» não é outra coisa senão um conjunto de apontamentos sugeridos pela leitura dos «sumários» manuscritos em que Fr. Rodrigo de Deus apresentou «a muita gente devota» as suas «considerações do Sanctissimo Sacramento». Quando os pomos lado a lado, não podemos deixar de perceber num texto os ecos do outro:

Fr. Rodrigo de Deus, *Motivos  
Espirituaes*

«TERCEIRA PARTE. Que contem a intença, e modo com que deuemos offerecer a Deos seu vnigenito Filho, quando no Sacramento o recebemos, ou espiritualmente quando não comungamos, & serue tambem de aparelho aos Sacerdotes pera celebrarem, & aos que não o são, pera comungarem, e outras cousas tocante a esta materia.»

(fol. 82v)

«Porque como de todas as obras, que aquelle summo Sacerdote Christo IESUS nosso Deos, & Senhor fez neste mundo, nenhũa

D. Manuel de Portugal, *Obras*

«ADDICAM DE COMO AVE-MOS de offerer o filho de Deos a seu pay eterno.»

(fol. [490])

«Era este Senhor igual ao pay quanto à diuidade, & offerer a Deos he reconhecimento de seruidão que não cabia nelle,

<sup>28</sup> Maria Lucília Gonçalves PIRES – *D. Manuel de Portugal* in *Antologia de Espirituais Portugueses*, ed. cit., 421– considera, com efeito, que a «Adição» é «uma espécie de apêndice ao tratado sobre a oração».

<sup>29</sup> Maria Lucília Gonçalves PIRES, *D. Manuel de Portugal* in *Antologia de Espirituais Portugueses*, ed. cit., 421.

contentou, nem honrou ao eterno Padre, nem satisfêz mais inteiramente a sua diuina justiça, que aquelle viuo, & voluntario sacrificio, que elle no Monte Caluario, lhe fez de si mesmo, quando por obedecer a sua diuina vontade, & eterna disposição, quis morrer por nos todos, encrauado na Cruz (...))»

(fol. 19v)

«Tanto que o Sacerdote acaba de dizer as palauras da Consagração, pode, & deue cõ zelo, & desejo de dar a cada hũa das diuinas pesso-as, toda a sobredita honra, & louuor, offerecer ao Eterno Padre cõ hũa amorosa, & humilde vontade a Sacratissima pessoa de seu muito amado Filho com seu purissimo corpo, & Alma San-tissima, & fermosissima, que nelle infundio, qual com tanta certeza, & verdade em suas mãos tem depois da Consagração.

Esta obra, & esta offerta mais alta que os Ceos, & mais aceita, & apraziuel aos olhos de Deos, que todas as cousas que criou, he rezão, que todos os que somos Sacerdotes abramos os olhos, & aduirtamos como, & quando se deue fazer, pera que nos desponhamos, & auientemos a attenção no tal tempo, lembrandonos actualmente, que offerecemos ao padre eterno, & pello con-seguinte a toda a Beatissima

tomou nossa natureza achando nella seruidão, & reconhecença & fez esta offerta na aruore da cruz.»

(fol. [490])

«Auêdo nos de seguir este exemplo & caminho, pera offerecer a Deos hũ dom digno de Deos, he necessario que seja o dom infinito, que responda a sua gloria infinita: este lhe podemos offerecer d'algũs modos que se aqui declararão.

*Podemos offerecer na Missa o filho de deos a seu pay eterno.*

Esta obra tão marauilhosa, & este exêplo diuino nos obriga a nos offrecermos de todo a Deos. Esta deue ser a primeira cousa que lhe offreqamos, dedicãdolhe a nos mesmos, & todas nossas cousas em reconhecimento de seruidão, preparandonos assi pera lhe offrecermos hum dom, & offerta infinita que he seu mesmo filho, sacrificio, & oblação de infinita gloria, & incomprehen-siuel valor & preço. Este acto de offerecer o filho a Deos, he o de mayor gloria & merecimento, que podemos fazer em genero de reconhecença que he acto de reli-

Trindade, o verdadeiro, & summo bem, & tal, & tão grande, que infinitamente se contenta nelle: nem algũ entendimento criado, nem o mesmo Deos pode inuentar outro mayor bem, nem outra gloria, & contentamento mais perfecto, pois não he outra cousa este tal bem senão o verdadeiro Filho de Deos: assi que com verdade podemos affirmar, que quem tal offerta offerece ao padre, offerece juntamente a toda a Beatissima Trindade toda a sua gloria essencial: o que he muito pera admirar, e pera nos fazer abraçar a todos em viuas chamadas de amor diuino, pois esse mesmo diuino amor quis dar ao homem dignidade, & poder tam grande, que não somente com desejos, mas por obra expressa, & palpauel, possa dar a seu Deos cada dia muitas vezes hum dom em que elle sem algũa duuida recebe louuor, honra, & contentamento infinito, offerecendolhe nelle toda a gloria, & bœauenturança de que abeterno está gozãdo, pois com tanta certeza, & verdade, lhe pode dar, & offerecer a seu Filho, que he todo esse bem, & toda essa gloria que dizemos.»

(fol. 6-6v)

«(...) toda pessoa Christam, alem dos Sacerdotes, que recebe o San-

gião: & não damos aqui menos a Deos do que se lhe deu: porque damos Deos a Deos, infinito a infinito, omnipotente a omnipotente, & so neste offrecimento, & sacrificio podemos honrar a deos diuidamente.

Este Senhor podemos offerecer realmente na Missa pollas mãos do sacerdote, porque elle deu ao homẽ em diuino sacramento o corpo & sangue que deu a seu pay em sacrificio: & pozse també em nossas mãos como cousa nossa, & fazendose nosso por esta ineffauel inuenção diuina, deusenos em modo que nos o podessemos dar, & quer que o demos & offreçamos a Deos, & que com este infinito sacrificio o possamos aplacar, & reconciliar com nosco. Neste sacrificio offrecido por mãos do sacerdote, temos nos parte, & assi quando o sacerdote diz Missa, offecemos nos tambem o filho de Deos a seu pay eterno de hũa de tres maneiras, assistindo, ou seruindo a ella, ou dando nossas esmolos, & por este modo damos a Deos hum dom realmente nosso, & de infinita gloria.»

(fol. [490-491])

«Quando commungamos, & temos em nosso peito o santissimo

tissimo Sacramento, pode facilmente fazer esta excelétissima obra, & todas as vezes que quiser, quando dignamente o receber: specialmente por todo aquelle spaço, que a Hostia, ou particula Consagrada estiuer no seu peito, sem se acabar de gastar cõ o calor natural (...)

(fol. 44)

«A deliberada vontade, & intenção de fazer actualmente estas offertas a Deos, & outras boas obras as quaes fizera se podera, he hum unico remedio para quãdo hũa pessoa não pode occuparse actualmente nellas por ter obrigações forçadas a que acodir, do qual Deos recebe esta boa vontade, como se fora a obra (...)

Este exercicio pode muyto bem fazer, inda que não comungue Sacramentalmente, porque como Deos Trino, e hum está dentro em nossos corações, e& cada hũ de nos o tem indubitauelmente dentro do seu interior, pode tambem de continuo andar spiritualmente offerecendo dentro em si mesmo ao Eterno Padre o seu muyto amado Filho (...)

(fol. 110v e 111)

Sacramento participando assi do sacrificio que o sacerdote offrece, offreçamos nõs tambem por nõs Christo nosso Senhor ao pay eterno assi pera gloria sua, como pera bem de sua igreja & nosso; & este offrecimento se pode fazer com a tenção & consideração que fica ditto atras no offrecimento da Missa, pera nos mouermos mais à deuaçam.»

(fol. [492v-493])

«Doctrina he dos santos, que podemos commungar espiritualmente, & assi podemos tambem espiritualmente offerer. Commungamos espiritualmente, quando fazemos exame de culpas, pedindo dellas perdão, aparelhan-donos pera receber espiritualmente este Senhor no diuino sacramento, como se então o ouessemos de receber, & imaginandonos com o mesmo desejo no estado de o receber, & de o ter recebido, fazendo em nossa alma o humilde, & amoroso gasalhado que este Senhor de nos quer, quando he nosso hospede com particular lembrança de sua morte & paixão.

Assi tambem podemos offerer espiritualmente o filho de Deos a seu pay, desejando de lho offerer, o qual desejo será hum espiritual sacrificio & offrecimento.

Este offrecimento espiritual podemos fazer, ou quando himos às

igrejas onde està o diuinissimo Sacramento do altar, ou em qual-quer outra parte em que nos acharmos.»

(fol. [493-493v])

«Formemos hum firme proposito, & tenção de todas as vezes que respiramos, isto he que todas as vezes que nossa natureza estiuer naturalmente resfolegando, & laçando o bafo pera fora, estemos nos juntamente lançando, & offercendo do intimo de nosso coração, & de nossa alma humilde, & amorosamente ao Eterno Padre, ou a toda a Beatissima Trindade, â gloriosissima pessoa do Filho que dentro em nos temos, tendo intenção de comprehender em cada respiração, tanto numero de offertas, quanto ja temos dito, pois Deos nosso Senhor faz tanto caso da boa intenção, & vontade que temos para fazer o que he de seu serviço.»

(fol. 97v)

«E assi todas as menhãs em acordando podemos fazer este offercimento spiritual com firme proposito, & tenção, de não respirar aquelle dia tantas vezes, quantas façamos este offercimento: & todas as vezes que nos descuidarmos, tornemos a fazer este acto com muito desejo & vontade de o pôr por obra.

E tendo por certo (como he) que Deos nosso Senhor aceita, & recebe de nos todas as obras que nossa alma deseja fazer por seu amor (ainda que por nenhũa via as possa fazer) como se as fizera; desejemos que pudermos fazer tantas vezes este offercimento em cada hum acto de nossa respiração, quantas todos os eleitos, santos, & anjos da corte caelestial em toda a eternidade podem numerar, pera que cada hum destes offercimentos seja de gloria infinita a deos nosso Senhor.»

(fol. [493v-494])

4. Se bem conseguimos avaliar, o confronto que acabamos de propor deixa ver com clareza que existem ligações entre os dois textos, embora essa intertextualidade esteja muito longe de configurar um caso de cópia. Ainda uma outra vez, vemo-nos tentados a retomar, applicando-as ao trabalho de D. Manuel de Portugal, as palavras que José Adriano de Carvalho escreveu a propósito de Fr. Juan de los Angeles, quando caracteriza o que, no texto da

*Lucha Espiritual*, é dívida face aos *Motivos Espirituaes*: «Os textos citados raramente revelam uma citação perfeita, e no entanto deixam perceber um Fr. Juan de los Angeles seguidor de Fr. Rodrigo de Deus. Uma palavra, um modo de dizer, uma ou outra frase, além do aparentado rigoroso das ideias.»<sup>30</sup> Se substituirmos o nome do franciscano espanhol pelo de D. Manuel de Portugal, poderemos fazer nossas, palavra por palavra, as observações que acabamos de transcrever.

Com efeito, a dependência do texto da «Adição» relativamente à obra do arrábido português é bem mais do que uma simples sugestão, ainda que seja muito difícil de concretizar. As distâncias que os separam são, teremos de o reconhecer, numerosas e significativas. Antes de mais, assinalem-se as diferenças de estilo, decorrentes da opção por tipos textuais distintos: enquanto Fr. Rodrigo de Deus elabora um texto prolixo, retoricamente assente na reiteração e no apoio de numerosas citações de um vasto leque de autoridades, D. Manuel de Portugal é sistemático, organizado, económico até ao esquemático, despojado do recurso a qualquer autoridade exterior.

Além destas diferenças, há que dizer que o fidalgo selecciona, nos *Motivos Espirituaes*, o que poderia aplicar-se a um público mais reduzido, mas mais definido, se é que não escrevia apenas para si próprio. Com efeito, se Fr. Rodrigo de Deus se dirige a um público composto primordialmente por eclesiásticos, e só num segundo momento tem em conta os cristãos em geral, já a «Adição» está ordenada exclusivamente em função de um público leigo. Embora os «algús modos» de «offerer o filho a Deos» que o seu texto indica possam encontrar-se, definidos nos mesmos termos ou formulados de maneira semelhante, na obra de Fr. Rodrigo de Deus, D. Manuel de Portugal omite alguns dos que os *Motivos Espirituaes* sugerem. Dos numerosos modos apresentados nesta obra, o velho fidalgo seleccionou três, registando: «Podemos offerer o filho de Deos a seu pay eterno de tres maneiras (...). Na missa em que temos parte assistindo, ou ajudando a ella, ou dando esmolla pera se dizer. Quando recebemos o santissimo Sacramento. Fazendo este offerimento espiritualmente (...)»<sup>31</sup>

A «Adição» esquece os momentos privilegiados de que os sacerdotes dispõem para oferecerem o Filho de Deus a seu Pai, quando celebram a eucaristia. Passa em claro, pois, toda a «Primeira Parte» dos *Motivos Espirituaes*, onde Fr. Rodrigo de Deus se ocupa a apresentá-los com insistência e minúcia: «Este nobilissimo acto, & altissima offerta se faz

<sup>30</sup> José Adriano de CARVALHO, *Para a História da Espiritualidade em Portugal: os «Motivos Espirituais» de Fr. Rodrigo de Deus*, art. cit., 95.

<sup>31</sup> D. Manuel de PORTUGAL, *Obras*, ed. cit., fol. [494].

expressa, & palpavelmente oito vezes na Missa(...). A primeira vez (...) he quando o Sacerdote leuanta a Hostia Consagrada: A segunda quando leuanta o Caliz (...): A terceira, quando depois de levantar o Caliz, & de dizer: Offerimus præclare Magestati tuæ de tuis donis ac datis (...): A quarta, quando fazendo a mesma Cruz diz: Hostiam Sanctam: A quinta, Hostiam immaculatam: A sexta, Panem Sanctum vitæ æternæ: A septima, quando diz: Et Calicem salutis perpetuæ: porque em cada palavra destas, que esta pronunciando, quãdo faz cada hũa das Cruzes, offerece distinctamente ao Padre o seu vnigenito Filho. A octaua, quando antes de querer començar o Pater noster, toma o Caliz, & a Hostia; juntamente, & os leuanta hum pouco dizendo: Est tibi Deo Patris in vnitæte Spiritus Sancti, omnis honor, & gloria.»<sup>32</sup> Além destas oito vezes em que, enquanto celebra o sacrificio da missa, o sacerdote faz expressamente a oferta de Cristo ao Pai, são ainda sugeridas outras: «quando acabamos de consumir a Hostia Cõsagrada, naquelle interim, que estamos recolhidos antes de tomar o sangue (...). Podese tambem este altissimo dõ acabada a Missa offerecer recolhendose o Sacerdote pera isso em algum lugar quieto, ou quietandose naquelle em que por então se achar, onde com assaz oportunidade, & proueito seu o poderá offerecer milhares de vezes (...).»<sup>33</sup>

Este detalhado elenco de ocasiões propícias à prática espiritual é omitido por D. Manuel de Portugal. A menos que consideremos que aquele primeiro modo que indica – «Na missa em que temos nossa parte assistindo, ou ajudando a ella, ou dando esmolla pera se dizer» – possa considerar-se uma adaptação às circunstâncias da vida laica desses modos especificados na «Primeira Parte» dos *Motivos Espirituaes...* Tendo em conta que nesta obra só em breves e contados momentos, um pouco em apêndice ao que se diz dos sacerdotes, faz o autor referência à participação que os leigos podem ter na celebração eucarística, somos levados a concluir que o fidalgo não se limita a repetir, seleccionando embora, o que encontrou escrito nos «sumários» do frade, antes intervindo no texto de modo a adaptá-lo e a reescrevê-lo, reorientando a perspectiva que o organiza de acordo com a sua condição pessoal e o lugar que ocupa no seio da igreja. Tais intervenções ou inovações não são, contudo, do nosso ponto de vista, uma traição ao texto original; se se afastam da forma, é para alargar o seu espírito a um público mais vasto, o qual se poderia sentir excluído da prática dos exercícios propostos. Esta discrepância poderá, pois, ser explicada pela necessidade de sintonizar os textos e as práticas propostas aos públicos distintos a que se dirige cada um

<sup>32</sup> Frei Rodrigo de DEUS, *Motivos Espirituaes*, ed. cit., fol. 6v-7v.

<sup>33</sup> Frei Rodrigo de DEUS, *Motivos Espirituaes*, ed. cit., fol. 8-8v.



dos autores. Mas outra há que nos vemos tentados a atribuir, de maneira mais específica, à sensibilidade espiritual própria de D. Manuel de Portugal.

Acolhendo a sugestão dos *Motivos Espirituaes* segundo a qual «toda a pessoa Christam, alem dos Sacerdotes, que recebe o Santissimo Sacramento, pode facilmente fazer esta excelētissima obra, & todas as vezes que quiser, quando dignamente o receber», indica o texto da «Adição» que a segunda maneira de «offreer o filho de Deos a seu pay eterno» é «quando recebemos o santissimo Sacramento». No entanto, passa em silêncio as recomendações de Fr. Rodrigo de Deus, quando este aconselha os leigos a associarem a prática da oferta espiritual – quando não é possível a comunhão sacramental – à oração vocal: «Podemos apresentar tãbê a Deos esta diuina oblação, quãdo rezamos, ou ouuimos rezar os diuinos officios, & outras quaesquer orações vocaes, como Rosairos, coroas, &c. Neste modo. Antes que comêcemos a rezar formemos hü firme proposito & tenção de não somente em cada palavra, mas tãbê em cada letra que pronúciarmos, ou ouirmos pronúciar, fazermos offera a Deus Padre de seu vnigenito Filho, naquella forma e figura humana em que o quisermos representar (...)»<sup>34</sup> Será para estranhar que não acolha tal conselho, nos termos muito concretizantes que o excerto citado ilustra, quem, no seu *Tratado breve de Oraçam*, desvaloriza a oração vocal, considerando-a apenas enquanto adjuvante e propiciadora da oração mental, e expõe uma concepção interiorista da espiritualidade fundada no que Robert Ricard chamou «socratismo cristão»? Com efeito, nesse *Tratado*, D. Manuel de Portugal dirige-se ao leitor nos seguintes termos: «Do conhecimento de ty mesmo podes subir a contêplar a Deos: quanto cada dia aproueitas em conhecimêto de ty, tãto te abilitas a conhecer cousas mais altas: & se ja tens conhecimento de ty, & aprendeste morar no coração, não te contentes cõ isto, mas aprêde assi morar no centro de tua alma, & assi fazer nella tua habitação, que quando per força te tirarem deste repouso & quietação tornes cõ grande pressa a elle.»<sup>35</sup> E mais adiante, indicando com precisão o lugar que a oração vocal deveria ter na prática de uma oração entendida deste modo: «Destes dous meynos .s. que estamos no centro da diuina eternidade, como se não ouuesse outra criatura, & juntamente que em todas está Deos por essencia, presença, & potencia, ha o principiante de vsar: juntamente vendoas cos olhos exteriores, sem as dar aos interiores per discurso, ou com hüa memoria simplez, & logo aspirar ou aleuantar a Deos, & isto como se não ouuesse estes meynos. E tanto que se acostumar a leuantar a Deos sô estes meynos, não se ocupe mais nelles, mas vse quando lhe for necessario de

<sup>34</sup> Frei Rodrigo de DEUS, *Motivos Espirituaes*, ed. cit., fol. 90-90v.

<sup>35</sup> D. Manuel de PORTUGAL, *Obras*, ed. cit., fol. 477-477v.

orações breuissimas a que Agust. chamaua jaculatorias, pera que ellas o despertê ao amor, & interior atenção (...).»<sup>36</sup> Parece-nos compreensível que quem deixou escritas estas considerações passe em claro a prática destes exercícios associados a orações vocais tais como rosários e coroas...

Por muito significativas que sejam estas atitudes aparentemente críticas de D. Manuel perante os conselhos de Fr. Rodrigo, elas não apagam a sensação com que ficamos, lendo-os a ambos, de que o primeiro segue, quase sempre, o segundo. Como assinalamos no caso da missa, a «Adição» adapta à situação particular dos leigos as propostas que os *Motivos Spirituaes* apresentam para os sacerdotes. Poderíamos, talvez, encontrar outros exemplos deste tipo de intervenções sobre a doutrina exposta pelo frade arrábido, mas quer-nos parecer que a apropriação pessoal que o fidalgo faz desse texto se manifesta tanto no que silencia, quanto naquilo que aproveita das suas recomendações. Vimos já alguns pontos em que a «Adição» é omissa. Sublinhemos, agora, dois aspectos em que parece seguir os *Motivos*.

Em primeiro lugar, destaquemos, porque vai um pouco contra o que seria de esperar, a valorização da humanidade de Cristo, particularmente as devoções centradas na contemplação das cenas da Paixão. Deixamos referido já, acompanhando as observações de Maria Lucilia Gonçalves Pires<sup>37</sup>, que esta valorização surpreende, uma vez que no texto de *Tratado breve de Oraçam* ela é praticamente inexistente. Poderia explicar-se esta divergência por uma mudança de orientação determinada pela passagem dos anos? Não esqueçamos, com efeito, que o *Tratado* estava escrito pelo menos desde 1574... Vinte anos permitem muitas evoluções, ainda mais estes vinte anos portugueses que preenchem o final do século XVI... Mesmo assim, registemos que para esta evolução de D. Manuel poderá ter contribuído a leitura de Fr. Rodrigo de Deus. O apelo que aquele faz, na «Adição», a que os cristãos que queiram oferecer espiritualmente Cristo ao Pai, Lhe façam na alma o «humilde, & amoroso gasalhado que este Senhor de nos quer, quando he nosso hospede com particular lembrança de sua morte e paixão»<sup>38</sup> poderá resumir várias sugestões que no mesmo sentido faz o texto dos *Motivos Spirituaes*. Como habitualmente, este desenvolve, desdobrando-se em detalhes, este tema de meditação e associa-o à prática da oração vocal: «Represente agora Christo nosso Senhor em qualquer passo da paixão que quiser, conforme a hora que rezar, & na tal figura, & passo tenha intenção de o yr apresentando a Deos Padre em cada letra que for

<sup>36</sup> D. Manuel de PORTUGAL, *Obras*, ed. cit., fol. 478-478v.

<sup>37</sup> Cf. *supra*, nota 28.

<sup>38</sup> D. Manuel de PORTUGAL, *Obras*, ed. cit., fol. [493-493v].

pronunciando, & ouuindo pronunciar. Podeo representar nas matinas qual estaua na noyte da prisão (depois de lhe auerem dado aquella cruel bofetada) em meyo de tam crueis inimigos com a corda ao pescoço, as mãos atadas de tras, com os olhos baixos, & o rosto sereno, sofrendo com summa paciencia, & mansidão muytas outras bofetadas, pescoçadas, escarros no diuino rosto, & infinidade de afrontas, & injurias que lhe fazião & por este modo se pode yr representando em cada hũa das outras horas, conforme ao que sabemos que nellas padeceo.»<sup>39</sup>

Acompanhando ainda uma observação de M. Lucília Gonçalves Pires, registemos o acolhimento que D. Manuel de Portugal dá no seu texto a algumas fórmulas para o oferecimento do Filho de Deus ao Pai. A sua presença é tanto mais surpreendente quanto sabemos que o autor é «tão pouco dado a fórmulas e actos exteriores»<sup>40</sup>. Poderemos interpretar esta presença como uma concessão feita à autoridade de Fr. Rodrigo de Deus? Ainda assim, sublinhe-se que, aceitando que se trata de uma cedência, às fórmulas extraordinariamente exaustivas propostas no cap. II da «Terceira Parte» dos *Motivos Espirituaes* ao longo de oito longas páginas, D. Manuel de Portugal faz corresponder as breves orações de algumas linhas, dirigidas ao «benigno Iesu», à «Madre de Deos», aos «Anjos e santos» e ao Anjo da guarda. Entre estas orações, encontramos duas quadras:

«Quem tratar d'ambas as vidas  
Ao respirar do viuer,  
Traga estas tenções vnidas,  
Amar, vnir, & offercer.»<sup>41</sup>

«El que sabe habitar dentro em si mismo  
Teniendo en poco lo que fuera dexa,  
Halla de Dios en su hondo abysmo  
Dulce paz, libertad, gusto sin queexas.»<sup>42</sup>

A inclusão destes breves poemas pode tornar-se altamente significativa, se considerarmos que eles nos indicam que, tal como estes versos, aquelas fórmulas que os emolduram não são mais do que o resultado da prática pessoal do velho fidalgo. Não restam dúvidas de que D. Manuel de Portugal rezava. E, por vezes, – nada se opõe a que aceitemos tal suposição – essa

<sup>39</sup> Frei Rodrigo de DEUS, *Motivos Espirituaes*, ed. cit., fol. 91.

<sup>40</sup> Maria Lucília Gonçalves PIRES, *D. Manuel de Portugal in Antologia de Espirituais Portugueses*, ed. cit., 421.

<sup>41</sup> D. Manuel de PORTUGAL, *Obras*, ed. cit., fol. [495].

<sup>42</sup> D. Manuel de PORTUGAL, *Obras*, ed. cit., fol. [495v].

oração coagularia em versos... Aceitando a ideia de que as fórmulas que as acompanham nasceram de circunstâncias idênticas às que deram origem a essas duas quadras, poderemos considerar que, mais do que modelos destinados à prática espiritual alheia, todos estes microtextos serão o resultado de uma prática espiritual personalizada, adaptada às possibilidades e às circunstâncias concretas de quem as utiliza. Na sua simplicidade breve, estes modelos de oração parecem, pelo menos, bem mais praticáveis do que as complicadas e longuíssimas fórmulas propostas por Fr. Rodrigo de Deus. Talvez possamos admitir, prolongando o nosso raciocínio, que essas fórmulas são o registo escrito de orações efectivamente feitas por D. Manuel, antes de serem propostas de modelos para serem utilizadas por outros.

5. Esperamos ter mostrado, nas páginas precedentes, que D. Manuel de Portugal conheceu, leu e aproveitou uma versão dos *Motivos Espirituaes* anterior à edição de 1611. Levava outro título, certamente, e não sabemos até que ponto a redacção seria diferente. De qualquer modo, só para esse texto primitivo poderia o fidalgo ter escrito o soneto que saiu publicado naquela edição. Não foi o único a conhecer a obra antes de ser impressa, já o sabemos. Foi apenas um entre muitos. O próprio autor dá essa informação e a investigação de José Adriano de Carvalho confirmou-a, há três décadas. Assinalemos até um passo dos *Motivos Espirituaes* que nos permite concluir que o frade arrábido recebeu o retorno desta divulgação. É o que nos sugere a leitura do cap. XV da «Primeira Parte», onde se indica, explicitamente, que ele se destina a responder «a hũa duuida que se moueo sobre hũas palauras que se ficão no capit. 8 Motiuo 4. as quacs são estas: E esse mesmo sacrificio tam fresco, tam verdadeiro, tam perfeito, & tam viuo como elle então se offereceo, & sacrificou no dia de sua paixão, he o que offerecem, & sacrificio agora os Sacerdotes da ley de graça, &c.»<sup>43</sup> Fr. Rodrigo conhecia, pois, os ecos das polémicas levantadas pelo seu texto e, pelo menos neste passo, a elas procurou dar resposta na versão impressa. Por outro lado, deixou assinalados, com precisão, autores e obras que haviam utilizado o texto manuscrito. Por que não se refere, nunca, a D. Manuel de Portugal? Publicadas em 1605, é difícil de aceitar que as *Obras* deste autor não tenham chegado ao seu conhecimento.

Embora arriscando-nos a laborar no vazio, poderíamos ensaiar uma explicação. Não custa aceitar, por exemplo, que o fidalgo-poeta estava longe de ser uma autoridade citável no âmbito da literatura de espiritualidade, sobretudo quando colocado ao lado do franciscano Fr. Juan de los Angeles

<sup>43</sup> Frei Rodrigo de DEUS, *Motivos Espirituaes*, ed. cit., fol. 42.

ou do cartuxo António de Molina. A sublinhar esta falta de peso, enquanto autoridade na matéria de que se ocupa o livro, está a circunstância de este se dirigir, antes de mais, aos sacerdotes e D. Manuel ser um leigo. No entanto, nele saiu um soneto seu... o que permite suspeitar que a sua autoridade em matéria de poesia seria superior à que lhe era reconhecida no campo da espiritualidade... Inclina-mo-nos, contudo, a pensar que o facto de a «Adição» ser um texto muito simples, pessoal, que interessaria quanto muito a um público de certo modo deixado à margem no texto dos *Motivos*, como eram os leigos, explicará melhor o silêncio do arrábido.

Poderemos sempre pensar que, de facto, Fr. Rodrigo de Deus não conheceu o trabalhito de D. Manuel de Portugal. Mas, se o leu, arriscamo-nos a considerar que não terá visto nesse texto mais do que um conjunto de notas de leitura, destinadas a facilitar a retenção na memória de um texto que parecera útil ao fidalgo conservar, na medida em que apontava caminhos que poderia, à sua dimensão, explorar na prática espiritual em que se empenhava. Tratando-se de uma obra que circulava manuscrita, o mais natural é que D. Manuel de Portugal se tenha visto constrangido a devolver o exemplar a que tivera acesso, pelo que terá decidido fixar, para uso pessoal, as sugestões que lhe pareceram mais importantes ou mais adequadas à sua maneira própria de viver a espiritualidade. Tais circunstâncias poderiam explicar o à-vontade com que o leigo interveio no texto do frade, adaptando-o, condensando-o, interpretando-o. Assim sendo, estes apontamentos não teriam relevância suficiente para que a obra impressa os citasse, ou para que o autor fizesse valer os seus créditos sobre eles. Têm, no entanto, para nós, o valor de revelarem a forma pessoal como D. Manuel de Portugal fez seu o texto de Fr. Rodrigo de Deus, os critérios segundo os quais o reescreveu, isto é, a maneira como o leu.

Neste sentido, isto é, na medida em que regista e revela os sentidos de uma leitura meditada, resultará interessante sublinhar a diferença de perspectiva que podemos constatar, quando confrontamos este texto da «Adição» com o soneto que precede a edição impressa dos *Motivos Espirituaes*. Dessa interpretação que, como deixamos assinalado acima, destacava um sentido de militância e de combate no texto de Fr. Rodrigo de Deus e o apresentava aos leitores como uma arma eficaz que poderiam utilizar no combate contra as heresias e os hereges não ficou qualquer marca na «Adição». Será lícito interpretar esta divergência como um indício de que a leitura «pública» – para o público... – era encarada de maneira diferente da leitura «privada», íntima?

Ficando-nos pela interrogação, sublinhemos, ainda assim, essas diferenças. Curiosamente, poderíamos resumi-las, de um modo

emblemático, opondo a esse soneto a esparsa que fecha as *Obras*, já depois do «*Laus deo*» que parece marcar o final da «*Adição*». Com efeito, este derradeiro poema reflecte, em nosso entender, a orientação essencial da leitura íntima e meditada que esse texto de D. Manuel de Portugal documenta e sublinha um modo de orar a que o fidalgo foi particularmente sensível – as «*aspirações*»:

«Irme a ti parece respirando,  
 Y que tu vienes al cobrar de aliento:  
 Deste fluxo y refluxo el alma biue.  
 O dulce mouimiento,  
 Que no conoscen, si no es amando,  
 Y porque resfriando,  
 En si, lo que reciué,  
 (Misera) no se vaya, algun instante  
 Embriaguéla, señor, la misma llama  
 Mas clara y rutilante,  
 Que al Seraphin inflama,  
 Y al alma en ti encendida,  
 Seras calor de gloria, y luz de vida.»<sup>44</sup>

Luis de Sá Fardilha

### Abstract:

*The introductory notes to the work *Motivos Espirituaes* (1st. edition, 1611) include two sonnets by Friar Agostinho da Cruz and one by D. Manuel de Portugal. These poems suggest that the text had been previously read and was, therefore, known by two authors. If it is no surprise that a Franciscan should know the work of another Franciscan, it is quite different in the case of a noble who is also a layman. First of all due to chronological reasons, but, most important of all, because this meant an adherence to some sort of spiritual model. It is quite clear that one sonnet alone does not express the spiritual models of its author, nor does it sustain the possibility of his acceptance of some of the spiritual principles suggested in the text written by Friar Rodrigo de Deus. In order to identify the context of this relationship, we have*

<sup>44</sup> D. Manuel de PORTUGAL, *Obras*, ed. cit., fol. [496].

*also studied a small text printed in the last pages of the Obras by D. Manuel de Portugal (1st and only edition from 1605). This study helps to establish a more documented analysis of how this noble and layman accepted the principles enunciated by the author of Motivos Espirituaes. The aim of this study is, therefore, to examine the establishment of the criterion and circumstances which guided a personal and lay reading of a spiritual work largely disseminated during the 17th. century in Portugal.*

